

HISTÓRIA SOCIAL, MICRO-HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS VARIAÇÕES DE ESCALA DE ANÁLISE PARA O ESTUDO DAS ALFORRIAS EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Bruno Martins de Castro *

Introdução

As transformações no cenário historiográfico das últimas três ou quatro décadas contribuíram para colocar a questão das variações de escala de observação no centro das reflexões dos historiadores contemporâneos. Cada vez mais se tem chamado a atenção sobre como a relação entre o micro e o macro pode ser analítica e metodologicamente útil para o estudo das diferentes realidades sociais. As experiências e as formas de atuação dos agentes históricos nelas inseridos ganham maior inteligibilidade e podem ser mais bem reconstruídas quando consideramos as múltiplas conexões entre os diversos níveis do social (REVEL, 2010). Evidentemente, essa nem sempre foi uma preocupação por parte da maioria dos praticantes do nosso ofício, que até muito recentemente estiveram inclinados a enxergar uma oposição entre a perspectiva micro e macro dos fenômenos sociais, na qual o global, o local e mesmo o regional estavam reduzidos a espacialidades estanques e impenetráveis (CONRAD, 2019).

Partindo dessa questão, buscaremos, nos limites deste artigo, delinear um breve balanço historiográfico, chamando a atenção para como a História Social ligada à tradição francesa dos *Annales* e a Micro-história italiana trataram as diferentes escalas de investigação dos processos históricos. Para tanto, daremos enfoque à preocupação de historiadores francófonos, alinhados a uma perspectiva estruturalista, em construir uma história que pudesse abranger a totalidade do social, privilegiando a temporalidade de longa duração e as grandes séries econômicas e demográficas. No tocante ao desenvolvimento da Micro-história italiana, privilegiaremos a discussão acerca de como ela se propôs a reformular certas exigências e procedimentos metodológicos da História Social, procurando, através de uma aproximação com a Antropologia, salientar as complexas e plurais interações entre as experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, um sucinta passagem pelo grande clássico *A herança imaterial*, de Giovanni Levi (2000), um dos grandes expoentes dessa tendência historiográfica, poder-nos-á mostrar, por exemplo, muito das potencialidades e virtudes da microanálise e da importância das mudanças de escala de observação para o trabalho do historiador.

Em um segundo momento do texto, na tentativa de aproximar essa discussão de nosso objeto de pesquisa,

* Doutorando em História Social pelo PPGHIS-UFRJ e professor efetivo de História da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais (SEE/MG). É integrante do grupo de pesquisa “Escravidão Atlântico: família, riqueza e cultura” (UFMG/CNPq) e editor da Revista *Ars Historica*, periódico discente vinculado ao PPGHIS-UFRJ. E-mail: brunomartinsdecastro@gmail.com

abordaremos as alforrias cartoriais em Minas Gerais na primeira metade século XIX, mais especificamente a partir de São João del-Rei, sede administrativa da abastada e populosa Comarca do Rio das Mortes, privilegiando um ponto de vista que busque combinar diferentes escalas de análise. No plano mais geral, as alforrias são examinadas levando-se em conta suas articulações com as dinâmicas do tráfico transatlântico e regional de escravos. Já no âmbito local, nos detemos sobre as relações privadas entre senhores e escravos e as estratégias mobilizadas por esses agentes na definição dos acordos pela liberdade. Importante ressaltar que as alforrias, analisadas a partir das singularidades que encerram, são aqui compreendidas como um poderoso dispositivo do poder político dos senhores, sendo responsáveis por contribuir para o governo dos escravos, a manutenção das hierarquias sociais e, em última instância, a preservação da própria vitalidade do regime escravista (GUEDES, 2008; SOARES, 2009).

Como se verá, a articulação entre as diferentes instâncias do social possibilita-nos reconstruir processos, desvelar ações e reinterpretar estratégias, tornando a análise sobre os agentes históricos individuais e coletivos muito mais dinâmica, rica e diversa.

Da história total a uma história ao rés-do-chão

A produção historiográfica francesa do pós-Segunda Guerra, então sob hegemonia da *École des Annales*, teve por ambição a construção de uma história que buscasse recuperar a globalidade dos fenômenos humanos, açambarcando em um mesmo movimento a totalidade do social. Sob a égide de Fernand Braudel, a história assume posição de destaque entre as disciplinas das ciências sociais, mantendo em relação a elas uma fronteira aberta para o diálogo e livre-troca de ideias. Por meio da proposição teórica das temporalidades históricas – curta, média e longa duração –, Braudel (2016) ressalta o papel determinante das evoluções lentas, das permanências e dos espaços dilatados, inscritas na *longue durée*, sobre a superficialidade dos acontecimentos e o movimento cíclico das conjunturas. Nesse sentido, o factual e o tempo médio assumem uma importância secundária, e o papel dos indivíduos é completamente descentrado. Frente às estruturas, a ação dos homens e seu grau de liberdade são reduzidíssimos (DOSSE, 2003). Seriam, para usar uma metáfora do próprio Braudel, como os pequenos lampejos das luzes dos vagalumes: iluminam muito pouco a escuridão da noite, que reina soberana.

A longa duração ofereceria, portanto, a vantagem de poder ser decomposta em séries de fenômenos que se repetem, onde as regularidades e as permanências estariam mais evidentes. Daí a preocupação com as evoluções maciças, o privilégio dado aos grandes números e o enfoque na história lenta, abordagens que seriam capazes de capturar os sentidos das transformações humanas ao longo do tempo (DOSSE, 2003; REVEL, 2000).

Colocando de lado o que é único, singular e incidental, a atenção dos historiadores da segunda geração dos *Annales*, dos quais Ernest Labrousse foi um dos mais notáveis, volta-se para investigação dos fenômenos sociais a partir da construção de amplas séries de preços, salários, níveis de fortuna, categorização profissional, escrituras notariais, registros de batismos, casamentos e óbitos. Isso naturalmente demandou o levantamento de um extraordinário volume de documentos que permitissem a seriação e quantificação dos dados compulsados. No entanto, por mais que esses historiadores partissem da formulação do problema de pesquisa e preconizassem o uso de técnicas e procedimentos metodológicos que permitissem a construção do objeto a ser investigado e a testagem da veracidade de suas hipóteses de trabalho, a preocupação principal parecia estar restrita a uma robusta acumulação de dados primários, insuficientemente criticados e ainda restritos a banco de dados inertes (REVEL, 1998, 2000).

O problema posto por esse modelo analítico “não era o de uma escala de observação e dos seus possíveis efeitos, mas o da representatividade que podia ser conhecida a cada amostragem em particular com relação ao conjunto do qual se destinava a fazer parte” (REVEL, 2010, p. 437). Dessa maneira, da própria prática dos historiadores sociais começou a nascer certas reflexões críticas e exigências em relação ao fazer historiográfico, desdobrando-se naquilo que ficou conhecido como os “cansaços de Clio”. Sem conseguir obter respostas satisfatórias para suas questões, os historiadores são levados a limitar suas ambições a objetos mais restritos, mais fáceis de serem manipulados, definindo novos campos de investigação não propriamente por técnicas, mas pela prática empírica. Em outras palavras, os discursos diminuem e as ambições tornam-se mais modestas, abrindo espaço para o que poderíamos chamar de abordagens alternativas. É justamente dentro desse movimento que emerge a Micro-história, como uma tentativa de reconstrução de uma nova abordagem do social (REVEL, 2000).

Percebida não como uma técnica, menos ainda como uma disciplina ou uma corrente historiográfica, a Micro-história, surgida no início dos anos 1980 em um restrito círculo acadêmico de historiadores italianos, despontou “como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos” (REVEL, 1998, p. 16). Podendo ser concebida mais propriamente como um sintoma historiográfico, a Micro-história contribuiu de modo bastante salutar para demonstrar que a escolha de uma dada escala de observação deve estar associada a efeitos de produção de um conhecimentos específico, isto é, ela deve ser posta a serviço de

estratégias heurísticas de construção do conhecimento científico acerca dos fenômenos sociais que se pretende apreender. Evidentemente, a microanálise não pode ser identificada ou confundida com estudos monográficos de objetos restritos ou de história local. As variações de escala propostas por ela, intentam, antes de mais nada, alterar a forma e a tessitura do objeto que se intenta investigar, transformando, a partir da escolha do que é representável, o conteúdo da própria representação (REVEL, 1998, 2010).

A Micro-história, ao sugerir a integração do maior número possível de variáveis a serem examinadas, se propõe a complexificar a análise do real, permitindo inclusive retificar quadros explicativos mais amplos (REVEL, 1998). A propósito disso, podemos citar como exemplo o conhecidíssimo *O queijo e os vermes*, de Carlos Ginzburg (2006), que coloca em xeque a compreensão da cultura erudita e da cultura popular como instâncias isoladas, comumente vistas como opostas. Ao descortinar, por meio da análise de um processo inquisitorial, a trajetória de Menocchio, um simples moleiro letrado que viveu na região do Friuli, no século XVI, Ginzburg mostra como o acesso a uma certa cultura erudita, por meio de alguns livros, permitiu a essa personagem formular, com base em sua experiência camponesa e na sua visão de mundo, uma nova compreensão da cosmogonia, evidenciando a circularidade de elementos culturais entre grupos subalternos e a elite dominante.

Ao se lançar na empreitada de estudar o social não como um objeto estático dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de interrelações móveis no interior de configurações em constante acomodação, buscando captar as experiências dos sujeitos sociais, como enunciamos no exemplo que acabamos de oferecer, a Micro-história revela sua estreita aproximação com a Antropologia. A centralidade aqui recai, portanto, sobre as experiências e as trajetórias dos atores sociais – percebidos individualmente ou em conjunto –, inseridos em complexas e diversificadas redes de relações, cujas dinâmicas, por sua vez, se desenvolvem em uma multiplicidade de espaços e tempos sociais. Seguir determinados sujeitos ou grupos em diferentes contextos, por meio do levantamento de diferentes fundos documentais e do cruzamento dessas fontes, é uma das principais lições preconizadas pela microanálise, tal como exposto em um ensaio seminal intitulado *O nome e o como*, de Ginzburg e Carlo Poni (1989). Nessa mesma perspectiva, valendo-se de uma metáfora bastante apropriada, Revel (2010) lembra que à Micro-história interessa deslindar o novelo das relações sociais que se produzem no entorno das trajetórias dos sujeitos e que lhes dão sua significação.

Evidenciando que a microanálise não se limita a perseguir exclusivamente um único indivíduo, fazemos aqui uma breve incursão em um dos trabalhos mais célebres e que a nosso ver melhor ilustra a perspectiva

historiográfica da Micro-história. Trata-se de *A herança imaterial*, de Giovanni Levi (2000), um livro que não se detém sobre a trajetória de uma pessoa específica, mas das dezenas de moradores de uma pequena comunidade do Piemonte, no século XVII. Partindo da biografia do padre exorcista Giovan Battista Chiesa, vigário da paróquia de Santena, o autor reconstrói, por meio de uma grande e variada gama de documentos, principalmente notariais e cadastrais, os principais aspectos da vida política, das relações sociais, das regras econômicas e das reações psicológicas que marcaram a trajetória e o destino dos moradores dessa cidadezinha aparentemente comum.

Ao se lançar na empreitada de reconstruir as práticas sociais desses agentes, jogando luz sobre as dinâmicas de reciprocidade e o comércio de terras, Levi (2010) mostra que os preços das propriedades eram determinados não propriamente por um jogo impessoal do mercado, ditado pela demanda e pela oferta, mas segundo a posição concreta relativa à situação social de cada indivíduo. O valor dos bens não tinha a mesma equivalência e significado para todos os membros da comunidade, sendo que elementos como vínculos parentais, vizinhança, clientela e conflitos eram decisivos não só para impulsionar as transações agrárias como também para lhes definir o preço. Desse modo, as hierarquias sociais e a natureza das relações de parentela seriam fundamentais para formatar os vínculos de reciprocidade e a lógica das transferências no mercado de terras dessa sociedade pré-capitalista.

Estamos, em síntese, diante de uma história ao rés-do-chão, na qual Levi (2000) busca compreender como os atores sociais, mesmo diante de um conjunto de restrições e pressões, conseguiram mobilizar estratégias e recursos que lhes permitiram assegurar não só a sua sobrevivência, mas também reforçar sua posição, seu status, seus valores e suas crenças. Os acontecimentos minúsculos sobre os quais esse autor se detém, quando tomados isoladamente apresentam pouca importância, mas se analisados em conjunto permitem reconstruir os movimentos de um grande jogo social e político que, na verdade, constitui o verdadeiro cerne do livro. Desse modo, torna-se mister entender como as transformações e os movimentos coletivos são possíveis tendo em vista a parte que cada ator social toma nesses processos (REVEL, 2000).

Jacques Revel (2010), um dos grandes entusiasta da perspectiva microanalítica, valendo-se do exemplo da construção do Estado moderno europeu, nos mostra como a metodologia da variação de escalas de análise pode ser a um só tempo reveladora e enriquecedora para a investigação histórica. Segundo ele, muitos estudiosos tenderam a conceber a estruturação desse macrofenômeno como um processo único, contínuo, homogêneo e invariável, com fortes feições globais. No entanto, se abordarmos a questão a partir de distintas escalas de observação – encarando a formação do Estado moderno a partir de Paris, Berlim ou Turim, ou ainda a partir da atuação e das experiências dos agentes da burocracia estatal, das casas aristocráticas e dos cobradores

de impostos desses distintos lugares –, veremos como diferentes formas de compreensão podem ser produzidas.

Podemos extrair a partir desse exemplo duas importantes lições teórico-metodológicas. A primeira delas se refere à necessidade de situarmos os agentes históricos no coração das dinâmicas sociais, buscando compreender de que maneira esses agentes interferem no movimento de produção e funcionamento desses processos. A segunda postula que tais processos sociais devem ser compreendidos em seus diversos níveis. Isso significa, seguindo a exemplificação dada, que o Estado moderno não se localiza meramente no nível macro, nem sequer no nível micro, mas em todos os níveis em que pode ser percebido o desenvolvimento do processo da formação estatal (REVEL, 2010).

O emprego das escalas de observação na construção do conhecimento histórico implica levar em conta as formas de continuidades e descontinuidades que existem e que se relacionam no mundo social. Não podemos perder de vista que toda realidade histórica macro invariavelmente assume forma, sentido e significação distintos na pluralidade de mundos sociais em que se inscreve. A compreensão das dinâmicas que configuram os processos sociais em suas realidades micro e macro históricas deve estar atenta, por conseguinte, a miríade de interrelações e experiências que os agentes são capazes de tecer nos diferentes níveis do universo social do qual fazem parte (REVEL, 2010).

Pelo que acabamos de expor, devemos considerar que a oposição frequentemente adotada entre as abordagens macro e microanalíticas precisa ser relativizada. Isso implica romper, como muito bem assevera Jacques Revel (2010), com a noção de que cada um desses enfoques deve corresponder a uma determinada realidade social, isto é, para estudos globais e de grandes processos, o macro; para as trajetórias de vida e as ações individuais, o micro. Essa separação estanque e reducionista empobrece a análise histórica e turva a própria compreensão das relações e dos processos que se pretende investigar. Nesse sentido, tal proposição analítica

[...] convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Somente essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória nos permite dar conta da complexidade das transformações do mundo social (REVEL, 2010, p. 443).

A chamada História Global, tão em voga nos dias de hoje, parece começar a se beneficiar de algumas dos ensinamentos oferecidos pela variação de escala de

observação. Surgidos no curso dos anos 1990, os estudos no campo da História Global, apresentados sob diversas designações – História Mundial; História Global; Histórias Conectadas; Histórias Cruzadas; Grande História –, embora não expressando uma correspondência entre seus pressupostos metodológicos e programas de estudo, tinham sua unidade pautada pela investigação de fenômenos maciços, pelas longas durações e pelos espaços dilatados, em suma, por uma perspectiva genuinamente macroanalítica (REVEL, 2010). Percebendo que tal abordagem insistia arraigada a uma visão limitada, unilateral e empobrecedora dos fenômenos sociais, muitas vezes descarnado a História por meio do apagamento de seus agentes, vemos surgir uma nova proposta de História Global (CONRAD, 2019). As formas mais interessante (e válidas) dessa nova seara historiográfica, conforme sugere Jacques Revel (2010), são, portanto, aquelas que procuram dar conta das circulações, das conexões, dos entrecruzamentos, das interações e das formas de hibridização envolvidas nos diferentes níveis dos processos e das realidades sociais.

A título de exemplo, vale mencionar dois trabalhos que, ao multiplicar as escalas de observação, representam o que hoje podemos denominar de Micro-história Global (CONRAD, 2019). O primeiro deles trata-se da excelente pesquisa realizada por Francesca Trivellato (2020) em seu livro *Familiaridade entre estranhos*. Nele, a autora busca, por meio de um denso levantamento da correspondência comercial da empresa familiar Ergas e Silvera, reconstruir as redes de trocas e conexões mercantis transculturais que, a partir de Livorno, onde se estabeleceu uma pequena e poderosa comunidade de negociantes sefarditas, se estenderam por diversas localidades do Mediterrâneo, da Europa atlântica e do oceano Índico. O argumento central de Trivellato (2020) reside em demonstrar como as atividades e relações comerciais entre judeus e não-judeus, não obstante o preconceito religiosos, se baseou na combinação de laços pessoais, redes de informações, regras consuetudinárias e contratos legais firmados com familiares, amigos e até mesmo com completos desconhecidos. Lançando mão dessas estratégias, a pequena comunidade sefardita livornense procurou ampliar e consolidar o domínio de seus negócios durante boa parte da época moderna.

O outro trabalho trata-se do brilhante livro *Páscoa Vieira diante da Inquisição*, da historiadora francesa Charlotte de Castelneau-L'Estoile (2020). Nesse estudo, a autora reconstrói, partindo de um processo inquisitorial de bigamia do século XVII, a trajetória da africana Páscoa, vendida para o Brasil, onde contraiu um novo matrimônio, mesmo estando o seu primeiro marido vivo na África. Após ser denunciada pelo seu próprio senhor, a escrava é forçada a cruzar mais uma vez o Atlântico com destino a Portugal, onde ficaria encerrada nos cárceres do Santo Ofício. Por meio dessa fascinante história, Castelneau-L'Estoile (2020) consegue iluminar processos mais amplos, como o próprio funcionamento da escravidão e do tráfico atlântico de escravos e o movimento de expansão do cristianismo

ocidental para a África e a América.

Empregando habilmente diferentes escalas de análise, esses trabalhos conseguiram empreender com êxito uma História Global em pequena escala. São sem sombra de dúvidas excelentes modelos para o que Jacques Revel (1998, 2010) considerou como um dos mais importantes e necessários desafios a serem enfrentados pelo historiador da atualidade: jogar com as variações de escalas.

Alforrias, tráfico e relações no cativeiro: algumas possibilidades das variações de escala

Os estudos das alforrias, principalmente quando consideramos o emprego das variações de escalas para a análise de sua prática, têm oferecido grandes e importantes contribuições para a compreensão das relações escravistas e das dinâmicas de poder que marcaram a sociedade brasileira colonial e imperial. As possibilidades de um escravo libertar-se dependeram de uma enorme diversidade de fatores, que variaram muito conforme o lugar e o tempo em que viveram. Sabemos, porém, que a esmagadora maioria daqueles que passaram pela larga porta do cativeiro sequer conseguiram cruzar os estreitos umbrais da liberdade, vivendo e morrendo enquanto escravos (SOARES, 2009).

O grande deslocamento populacional promovido pelo tráfico negreiro atlântico foi responsável não apenas pela reiteração social da escravidão no tempo como também por definir novas formas de interação entre os próprios cativos e entre estes e seus senhores (FLORENTINO; GÓES, 1997). Nesse cenário, as alforrias devem ser encaradas como parte de um mesmo processo que se articulava tanto ao tráfico atlântico, mola-propulsora da introdução contínua de africanos desenraizados, quanto às vivências no cotidiano da escravidão, onde estratégias, novas relações e acordos eram definidos e continuamente ressignificados (PATTERSON, 2008; SOARES, 2009). Lançar mão das escalas de observação macro e micro para o estudo das alforrias pode nos ajudar a reconstruir a complexidade e as feições por vezes caleidoscópicas que caracterizaram os processos sociais de produção da liberdade.

Longe representar uma forma de ruptura, ameaça ou resistência à ordem escravista como defenderam alguns trabalhos (LARA, 1988; PAIVA, 2009), pensamos as alforrias como um elemento basilar da escravidão, responsável por sua contínua reatualização. Elas desempenharam um papel central para o exercício da política de domínio escravista, representando o principal recurso moral dos senhores para a administração de seus escravos. Ao sinalizar para os cativos as possibilidades da liberdade, esses proprietários buscaram reforçar sua sujeição, lealdade e respeito e, ao mesmo tempo, criavam as condições para afirmação da diferenciação social entre aqueles que permaneceriam escravos e os que

ingressariam na nova condição de libertos (MATTOS, 1998).

Sob esse ponto de vista, as alforrias devem ser encaradas essencialmente como uma concessão senhorial, o que não quer dizer de modo algum que os escravos tenham deixado de lançar mão de estratégias e recursos para negociá-la com os seus senhores. As manumissões estavam, dessa forma, baseadas em um acordo moral em que os senhores deviam cumprir com a promessa da liberdade e os cativos, sendo-lhes gratos e leais, continuariam dobrando-se às suas determinações e domínio, muitas vezes mesmo depois de alforriados. Esse arranjo assimétrico de poder contribuiu para reproduzir e reforçar as hierarquias sociais vigentes, assegurar os interesses senhoriais e conseqüentemente preservar a vitalidade da escravidão (GUEDES, 2008; SOARES, 2009).

Não tem sido poucos os trabalhos a associar o padrão local ou mesmo regional das taxas de alforrias às dinâmicas macro do tráfico transatlântico de escravos. Orlando Patterson (2008), por exemplo, indica-nos que havia uma íntima ligação, de mão dupla, entre a escravização e as alforrias. Os índices de liberdade frequentemente dependiam do volume e da elasticidade da oferta de novos escravos, enquanto o número das manumissões incidia, em parte, na quantidade de indivíduos a serem escravizados. As possibilidades de renovação da mão de obra por meio de novas aquisições acabavam contribuindo para que muitos senhores estivessem dispostos a conceder liberdade a seus escravos. De acordo com Mary Karasch (2000), no Rio de Janeiro oitocentista, os proprietários, enquanto o tráfico esteve ativo, tenderam a manumitir seus escravos mais velhos, sobretudo as mulheres, uma vez que poderiam adquirir outros mais novos no mercado do Valongo.

Quadro semelhante foi detectado por Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2005), também para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1650 e 1750. A partir do levantamento de alforrias cartoriais, esse autor constatou que em conjunturas desfavoráveis, em que a participação dos senhores cariocas no tráfico se mostrava restrita, estes relutavam ao máximo em conceder liberdade a seus escravos. Quando a situação, porém, se transmutava, tornando abundantes as ofertas do comércio negreiro, veríamos um boom nas concessões das manumissões, que passavam, inclusive, a ser concedidas em maior número aos africanos. O que se pode depreender daí é que “a possibilidade de alforriar alguém depende diretamente da possibilidade de se escravizar novos indivíduos” (SAMPAIO, 2005, p. 310). Ainda que essa vinculação imediata possa ter variado cronológica e regionalmente, necessitando ser problematizada, não podemos desconsiderar que as possibilidades que o tráfico sinalizava devem ter feito comumente parte do cálculo senhorial em favor da alforria, podendo em certo sentido explicar o seu incremento.

Nossos achados para Minas Gerais, notadamente para o termo de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, indicam uma tendência muito parecida para os anos de 1830 a 1850. . Importante esclarecer que esse

período correspondeu ao contexto de ilegalidade do tráfico atlântico que, depois de uma acentuada queda após a lei de 1831, teve um aumento extraordinário em seu volume, até sua proibição definitiva em meados do século XIX. Embora não tenhamos dados diretos do tráfico de africanos para São João del-Rei, as informações coligidas a partir do banco eletrônico *Trans-Atlantic Slave Trade Database* e dos Códices da Intendência da Polícia da Corte, pesquisados por João Fragoso e Roberto Guedes (2001) e que mostram a expressiva participação de Minas no tráfico interno, puderam-nos ser bastante úteis no cruzamento com os números das alforrias sanjoanenses dos cartórios do 1º e 2º Ofícios de Notas.

Pudemos perceber que em 1830, ano inicial de nossa série, as alforrias atingiram o seu ápice, correspondendo a 15,5% dos 355 registros compulsados. Tal comportamento ocorreu exatamente no momento que antecedeu à lei antitráfico, quando se deu uma verdadeira corrida dos traficantes à África para abastecer de escravos o mercado brasileiro. A colossal entrada de 167.000 cativos pelo porto do Rio de Janeiro, entre os anos de 1826 e 1830, pode ser tomada como um forte indício para nos ajudar a explicar as altas taxas de alforria dos escravos do termo de São João del-Rei naquele ano. É forçoso ressaltar que a atipicidade de 1830 em relação aos outros anos de nossa série deve-se também à ocorrência de algumas alforrias coletivas. Mas ainda assim, descontados esses casos, a incidência das manumissões ainda permaneceu alta. Pudemos observar ainda que, após atingirem o seu pico em 1830, a quantidade das manumissões visivelmente despenca, acompanhando também a queda vertiginosa do tráfico atlântico, que chegou a números ínfimos nos três primeiros anos de sua ilegalidade. Com a reanimação de suas atividades e a possibilidade de expandi-las, veríamos as manumissões mais uma vez apresentarem um novo incremento a partir do ano de 1833.

Os dados sobre o tráfico interno de escravos novos e ladinos para Minas Gerais presentes nos registros de despachos dos Códices da Intendência da Polícia da Corte permitem reforçar nossa análise. Pudemos notar que as remessas de cativos para as terras mineiras se avolumaram nos anos que antecederam ao da proibição do tráfico atlântico, atingindo seu ponto máximo em 1830, quando afluíram para a província 12.053 escravos. Logo depois, em 1831 e 1832, muito provavelmente em função da nova legislação, veríamos uma abrupta queda no volume dos escravos importados (FRAGOSO; GUEDES, 2001). Ainda que esses dados cubram um espaço de tempo relativamente pequeno e a série termine em 1833, pôde-se constatar que as taxas das alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei estiveram no auge justamente quando o tráfico interno atingiu suas maiores cifras, inclusive decaindo no momento em que seus níveis se tornaram irrisórios.

Definitivamente não nos parece uma mera coincidência que as dinâmicas das alforrias notarias do termo de São João del-Rei tenham em certos momentos acompanhado muito de perto as flutuações do tráfico atlântico e interno de escravos. Tudo nos leva a crer que as conjunturas econômica e demográfica favoráveis, marcadas pelo progresso das atividades produtivas e mercantis ligadas ao abastecimento interno (GRAÇA FILHO, 2002) e pela grande abundância da oferta de mão de obra pelo tráfico, tenham contribuído para fazer com que muitos senhores sanjoanenses estivessem mais inclinados a alforriar seus escravos. Nessa perspectiva, “a alforria parece funcionar como uma verdadeira ‘válvula de escape’ do sistema escravista, permitindo que um certo número de indivíduos alcançasse a liberdade sem que isso provocasse maiores alterações no *quantum* da população cativa” (SAMPAIO, 2005, p. 310). No entanto, é preciso considerar que o fenômeno das alforrias não pode ser explicado por uma única ordem de elementos, já que sobre elas incidiram uma “interação de fatores individuais, familiares, psicológicos, sociais, demográficos, geográficos e cronológicos; e nenhum fator isolado poderia determinar a frequência maior ou menor das manumissões”(RUSSELL-WOOD, 2005, p. 59). Daí a necessidade de operarmos com a maior variedade de escalas de análise possíveis.

Tem sido corrente na historiografia das alforrias a generalização de que o padrão das manumissões no Brasil teria se caracterizado pela prevalência das alforrias onerosos e condicionais sobre as gratuitas, pela grande incidência de alforrias urbanas, pela maior proporção de crioulos e pardos do que de africanos e pela significativa proporção de mulheres libertas (GORENDER, 382). Seria, contudo, bastante problemático tentar descrever as alforrias sem considerar as especificidades temporais e espaciais que apresentam e “insistir num padrão único para todo o Brasil em quase quatro séculos de história” (EISENBERG, 1989).

Sobre São João del-Rei, nossos dados revelam que as alforrias gratuitas, que não tiveram nenhuma contrapartida em pagamento ou prestação de serviços, somente foram suplantadas pelas outras modalidades em ínfimos 1,3%. Quanto ao gênero e origem dos alforriados, observamos que as mulheres nascidas no Brasil foram as mais bem-sucedidas em alcançar a alforria gratuita. Na esteira delas vinham os homens brasileiros e, logo em seguida, as mulheres africanas. Os homens nascidos na África, ao que tudo indica, frequentemente tinham de comprar sua liberdade ou cumprir alguma condição determinada por seus senhores, como a de servi-los enquanto fossem vivos. Dessa maneira, é possível supor que o gênero e a origem, principalmente levando-se em conta os atributos concernentes a cada grupo, pudessem ter tido alguma influência sobre a forma das manumissões.

Todavia, devemos perceber que era no terreno das relações sociais miúdas engendradas no interior do

cativeiro que se definiam as possibilidades concretas para a efetivação da liberdade. Para além dos padrões regionais das alforrias, a redução na escala de observação nos permite apreender detalhes e especificidades que caracterizam cada um dos registros cartoriais das manumissões, que, do contrário, passariam despercebidos em uma análise mais conjuntural. Ao encarar cada alforria como a inscrição de um fragmento da vida de senhores e escravos, lendo-a em suas minúcias, conseguimos captar muito das intenções, dos recursos, do empenho, das estratégias e dos vínculos relacionais que marcaram os intrincados e nem sempre fáceis acordos pela liberdade. É justamente a partir dessas relações quase microscópicas havidas no cotidiano da escravidão que os cativos conseguiam negociar com seu senhor esse ou aquele tipo de alforria.

Para ficarmos em apenas um exemplo, vamos rapidamente à história de Teresa mina e seus três filhos menores, Matias, Lúcia e Clementino, todos, escravos de dona Maria Francisca de Jesus. Em 21 de outubro de 1842, Matias, de cinco anos de idade, e Lúcia, de três, foram gratuitamente libertados, em razão dos bons serviços de sua mãe e também pelo amor de sua senhora por tê-los “criado em minha cama e mesa com o mesmo desvelo com que criei meus próprios filhos”. Em 23 de janeiro de 1844, quando contava com cinco anos de idade, chegou a vez de Clementino receber a sua liberdade. Contudo, não teve a mesma sorte de seus outros dois irmãos. Sua mãe teve de desembolsar 200\$000 para pagar o preço de sua alforria, tendo o menino, logo depois, falecido. Finalmente, em 25 de fevereiro de 1844, Teresa mina adquiriu sua liberdade, com a condição de servir sua senhora enquanto esta vivesse.

Estamos, portanto, diante de um caso em que os quatro membros de uma mesma família receberam alforrias de diferentes tipos. Teresa mina, por meio dos recursos de que dispunha e das estratégias que mobilizou, foi bastante competente em ajustar com sua senhora a liberdade para os três filhos e para si própria. O reconhecimento de seus bons serviços somado à intimidade e ao afeto que sua senhora tinha por Matias e Lúcia, renderam-lhes a liberdade gratuita. Clementino, quem sabe por não ter tido uma convivência tão estreita com sua senhora, acabou por não receber o mesmo benefício dos irmãos, tendo sua mãe que pagar por sua alforria. Com os filhos já libertos, a africana Teresa, ao que parece, deve ter se dado por satisfeita em receber sua liberdade condicional. Mas não nos esqueçamos de que isso foi também bastante proveitoso para a senhora: se por um lado ela manteria a africana atada ao cativeiro por meio da condição imposta, por outro garantiria que os filhos desta, mesmo alforriados, estivessem sempre por perto. Por meio desse exemplo, parece ficar claro que o que determinava de fato a forma da alforria não era estritamente o gênero ou a origem dos escravos, mas as relações e as negociações que eles foram capazes de estabelecer com seus senhores.

Como se pode ver, restringir a observação nos revela facetas bem diferentes daquelas que podem ser percebidas por agregado de dados mais amplos.

Ajustar as lentes de observação sobre o estudo dos preços que os escravos pagaram por sua liberdade pode ser também muito revelador. Sabemos que é na primeira metade do século XIX, período da estruturação do Estado nacional, da chegada de um crescente número de imigrantes europeus e da propagação de um difuso ideário liberal no seio de nossas elites escravistas, que profundas transformações começaram a se processar nas bases de legitimação e reprodução da própria escravidão brasileira (PARRON, 2011). Assim, a justificativa do cativo, cada vez mais rápido, deslocava-se de uma ética fundada a partir de cânones morais há muito enraizados para outra, estabelecida no evidente primado do mercado e na defesa da propriedade. Diante do enorme fluxo de escravos africanos desembarcados nos portos brasileiros a partir da década de 1830, certos vieses que pautavam o acesso à liberdade, como os ganhos não abusivos auferidos sobre o custo do escravo, começaram a ser redefinidos (FLORENTINO, 2005).

Além disso, deve-se lembrar de que o significativo encarecimento no preço dos escravos não deve ser atribuído unicamente ao fim do tráfico no Brasil. Tendência muito semelhante foi verificada no mesmo período também em outros mercados da América, como Cuba e Estados Unidos. Tão ou mais importantes que o término do tráfico atlântico para justificar o aumento nos padrões de preços, foram as forças econômicas ligadas à expansão europeia nos anos 1850, que aceleraram a demanda por produtos básicos que dependiam da mão de obra escrava, o que fez com que a procura por braços cativos crescesse de forma considerável. Com muitos senhores dispostos a pagar preços mais altos pelos escravos, estes, caso pretendessem comprar sua liberdade, teriam de arcar também com preços muito mais elevados que os praticados anteriormente (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988; BERGAD, 2004).

No período de 1830 a 1860, conseguimos identificar para São João del-Rei o preço (em mil-réis) de 63 registros de alforrias notarias, isso porque algumas vezes os senhores mencionaram apenas ter recebido o pagamento “em um crédito”, “em serviços” ou simplesmente “em metal sonante”, sem especificar o valor. A fim de podermos observar as flutuações dos preços nominais das alforrias cartoriais sanjoanenses, optamos por estabelecer médias quinquenais que foram comparadas às dos preços nominais dos escravos avaliados nos inventários *post mortem* dos senhores identificados como manumissores nos livros do tabelionato público de notas. Embora não dispondo de séries de preços de mercado dos escravos sanjoanenses, que podem ser construídas a partir das escrituras de compra e venda, acreditamos que ao contrastar o preço das alforrias com os das avaliações nos inventários, estas também produto de uma estimativa que poderia levar em conta

diversas variáveis, podemos observar alguns importantes traços no movimento dos preços das alforrias.

Sem levarmos em conta qualquer variável relativa ao gênero, ocupação, idade ou naturalidade, vemos que os preços médios das alforrias e dos escravos apresentaram um padrão ascendente. Além disso, em todos os quinquênios o preço das manumissões esteve sempre abaixo daquele dos cativos. A proibição definitiva do tráfico atlântico em setembro de 1850 levou a uma vertiginosa alta nos preços dos escravos e fez com que muitos senhores, acompanhando essa tendência, incrementassem em boa medida também o preço das alforrias. Essa seria uma alternativa possível para compensarem a perda do escravo liberto, já que a aquisição de um novo, em razão da abrupta diminuição da oferta, seria uma operação bem mais difícil e dispendiosa.

Para se ter uma noção, em relação ao intervalo anterior, de 1850 a 1854 o preço médio dos escravos avaliados nos inventários sobe 35,9%, enquanto o das alforrias ultrapassa os 50%. Esse quadro com certeza acabou afetando drasticamente as possibilidades de os escravos adquirirem sua alforria por meio da compra. Tanto que, na segunda metade da década de 1850, encontramos apenas três registros de liberdades pagas em São João del-Rei. Embora nesse período o preço médio das alforrias tenha sofrido uma leve redução se comparado ao quinquênio anterior, verificamos que ele continuava ainda superior aos dos quatro primeiros intervalos de nossa série. Conforme se observa, os preços das manumissões parecem não ter deixado de refletir as flutuações nos padrões de preços do mercado.

Mais uma vez, não obstante o aumento progressivo no preço das alforrias – refletindo as dinâmicas macro do fim do tráfico internacional e do crescimento da demanda europeia por produtos produzidos por braços cativos –, é na singularidade das relações entre os senhores e seus escravos que a fixação do preço pela liberdade deve também ser entendida.

Houve casos de senhores que declararam abertamente alforriar seus escravos abaixo do preço que valiam. Foi o que fez João Dameceno Machado em um título de liberdade que passou, em 3 de julho de 1839, a Venâncio cabinda, escravo que recebeu da herança seu falecido pai, o comendador João Batista Machado. João Damaceno afirmou ter sido o preto Venâncio avaliado em 400\$000, mas em razão dos bons e diligentes serviços que sempre lhe prestou, fazia a ele esmola de 100\$000, quantia que seria deduzida daquele importe, ficando estabelecido em 300\$000 o preço de sua alforria. É provável que muitos outros proprietários, em consideração às qualidades de seus cativos e a estima que nutriam por eles, tenham procedido da mesma maneira, sem, contudo, dar detalhes sobre a diferença entre preço da avaliação que teriam no mercado e aquele pelo qual foram libertados. Por outro lado, em algumas outras situações, o preço da manumissão foi idêntico ao da compra do escravo. Dona Francisca Maria Rodrigues, por exemplo, alforriou, em

9 de julho de 1841, sua escrava Maria crioula por 110\$000, a mesma quantia que a comprou de Januário da Silva Sabino. Não sabemos quanto tempo decorreu entre a compra da escrava e a outorga de sua alforria, mas, fosse curto ou longo, dona Francisca seguramente ainda saiu no lucro com os serviços que usufruiu de Maria.

A avaliação que os senhores faziam para estabelecer o preço da alforria de seus escravos, ainda que pudesse ter como referência diversas variáveis, como o seu preço de mercado, gênero, naturalidade, condição física, qualificação profissional e idade, era resultado da natureza relacional e de outros elementos extraeconômicos que permeavam a convivência cotidiana entre esses agentes. Isso quer dizer que não bastava apenas que os cativos tivessem conseguido formar um pecúlio necessário para pagar o preço de sua liberdade, era necessário ainda ter de convencer seus proprietários a lhes dar a alforria mediante a uma contrapartida que previamente convencionariam. Para aqueles que gozassem da consideração de seus proprietários e mantivessem com eles uma relação de proximidade, é bem plausível supor que conseguissem alcançar a alforria a preços mais reduzidos. Em circunstâncias contrárias, em que esse relacionamento fosse mais distante e até mesmo permeado por certos conflitos, os senhores poderiam maximizar o preço da manumissão (MATTOSO, 2004). Assim sendo, dependendo de como esses vínculos interpessoais eram tecidos, os preços das alforrias poderiam estar subestimados ou então se aproximar daqueles praticados no mercado.

À vista do que acabamos de discutir, é inegável que o estudo das alforrias não pode prescindir da utilização e combinação das diferentes escalas de observação. Nesse exercício, os métodos seriais nos podem ser bastante válidos para a compreensão das dinâmicas sociais envolvendo os processos de construção da liberdade, mas uma imagem também muito mais rica e plural se desvela quando consideramos as singularidades das ações e experiências dos agentes envolvidos nesses mesmos processos.

Considerações finais

A produção historiográfica ocidental a partir de meados do século XX, com destaque para a francesa, fora marcada pela afirmação do emprego de métodos seriais e quantitativos que se concentraram na investigação de fenômenos macro, pretendendo captar suas transformações sociais por meio da construção de longas e densas séries de preços, salários, registros de nascimento, nupcialidade e óbito. Dessas investigações, a singularidade das ações e experiências dos agentes históricos estavam ausentes, interessando muito mais o conjunto desses dados agregados. Na impossibilidade de continuar a dar respostas satisfatórias às novas questões que se impunham à prática dos historiadores sociais, esses métodos e técnicas dedicados aos grandes processos históricos passam a ser revistos e criticados.

Como corolário disso, emerge, no início dos anos 1980, uma nova proposta historiográfica, a Micro-história italiana, que passou a se debruçar sobre realidades históricas mais restritas, a partir de onde se poderia buscar entender as interações dos agentes individuais e coletivos na produção de processos sociais mais amplos e dinâmicos. As variações das escalas de observação despontam como uma alternativa metodológica bastante potente e promissora àquela preconizada pela História Social dos grandes números e dos contextos amplos. Baseando-se nas contribuições da Antropologia, a Micro-história se propõe a investigar as experiências e práticas sociais dos atores históricos e o seu papel na definição das relações que se inscrevem nos diferentes contextos sociais e que lhes dão maior inteligibilidade. Dessa forma, ao tornar as variáveis mais abundantes, móveis e multifacetadas, a microanálise se lança na empreitada de reconstruir e reconhecer as irregularidades e complexidades que caracterizam as múltiplas realidades do mundo social.

Evidentemente, trabalhar com as variações de escalas de observação não significa necessariamente que estamos fazendo Micro-história, mas nos valendo de um importante e indispensável recurso metodológico proposto por ela. No caso do estudo das alforrias de São João del-Rei, o emprego da seriação e da quantificação aplicados à análise dos padrões gerais das manumissões, aos movimentos macro do tráfico atlântico de escravos, às dinâmicas conjunturais do tráfico interno e aos padrões de preço dos escravos e das alforrias puderam ser combinados com um olhar mais restrito, direcionado às expectativas, estratégias e ações que fizeram parte das relações entre senhores e escravos na definição das negociações pela liberdade. Reduzir a escala de observação e estar atento às singularidades das interações que se estabeleceram na tessitura do cotidiano escravista, onde se construíram vínculos de afeto, parceria, dominação, dependência e tensões, associando-o a um quadro econômico e demográfico mais amplo, mostrou-se uma operação bastante eficaz para compreensão dos processos de produção da liberdade, das relações escravistas e de suas consequências tantas vezes deletérias para a nossa formação social.

Referências

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – São João del-Rei/MG:

- Livros dos Cartórios do 1º e 2º Offícios de Notas de São João del-Rei (1830-1860).
- Inventários *post mortem* (1813-1886).

Fontes digitais

Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>

Bibliografia

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. 2 vols. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CASTELNEAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CONRAD, Sebastian. *O que é história global?*. Lisboa: Edições 70, 2019.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

EISENBERG, Peter. A carta de alforria e outras fontes para se estudar a alforria no século XIX. In: EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: família escrava e tráfico atlântico – Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 401, 424 e 425: despachos de escravos e passaporte da Intendência da Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et. al.* (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LABROUSSE, Ernest; BRAUDEL, Fernand (ed.). *Histoire économique et sociale de la France*. 8 vols. Paris: Presses Universitaires de France, 1970-1982.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão de obra escrava urbana (1819-1888). In: MATTOSO, Kátia de Queirós. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-188. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: EdUSP, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In:

REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

REVEL, Jacques. Prefácio: A história ao rés-do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750 - c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TRIVELLATO, Francesca. *Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna*. Lisboa: Edições 70, 2020.

RESUMO

O artigo tem por intuito traçar um panorama historiográfico acerca do desenvolvimento da História Social e da emergência da Micro-história italiana, discutindo como essas duas vertentes abordaram as distintas escalas de investigação dos processos históricos. Buscou-se ainda apresentar as potencialidades e virtudes da microanálise, ressaltando a relevância metodológica e analítica da combinação das diferentes escalas de observação no estudo das alforrias cartoriais de São João del-Rei, na primeira metade do século XIX. Contrastando a realidade desses processos de produção da liberdade com as dinâmicas macro do tráfico atlântico de africanos e as experiências miúdas no cotidiano da escravidão, conseguimos construir, com base nas variações de escalas, uma análise bem mais complexa, apurada e pertinente das relações escravistas que se desenvolveram nesse cenário.

PALAVRAS-CHAVE

História social, Micro-história, Escravidão, Alforrias, Tráfico atlântico..

ABSTRACT

The article aims to outline a historiographical overview of the development of Social History and the emergence of Italian Microhistory, discussing how these two strands approached the different scales of investigation of historical processes. We also sought to present the potential and virtues of microanalysis, highlighting the methodological and analytical relevance of combining different scales of observation in the study of the notary manumissions of Sao Joao del-Rei, in the first half of the 19th century. Contrasting the reality of these processes of production of freedom with the macro dynamics of the Atlantic trade of Africans and the minute experiences in everyday slavery, we were able to construct, based on variations in scale, a much more complex, refined and pertinent analysis of the slave relations that developed in this scenario..

KEYWORDS

Social history, Microhistory, Slavery, Manumissions, Atlantic trade.

RECEBIDO: 25.05.2023

ACEITO: 11.06.2023

BRUNO MARTINS DE CASTRO

Doutorando em História Social pelo PPGHIS-UFRJ e professor efetivo de História da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais (SEE/MG). É integrante do grupo de pesquisa “Escravidão Atlântico: família, riqueza e cultura” (UFMG/CNPq) e editor da Revista Ars Historica, periódico discente vinculado ao PPGHIS-UFRJ. E-mail: brunomartinsdecastro@gmail.com